



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I CAMPINA GRANDE
CENTRO DE EDUCAÇÃO CEDUC
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

HUMBERTO SERAFIM DE ALMEIDA FILHO

**A EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE DURANTE A DITADURA MILITAR: A
IMAGEM DO ADOLESCENTE E A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DA FUNABEM
NA REVISTA BRASIL JOVEM (1966 – 1978)**

CAMPINA GRANDE

2023

HUMBERTO SERAFIM DE ALMEIDA FILHO

**A EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE DURANTE A DITADURA MILITAR: A
IMAGEM DO ADOLESCENTE E A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DA FUNABEM
NA REVISTA BRASIL JOVEM (1966 – 1978)**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado ao Curso de Licenciatura Plena em História, da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de licenciado em História.

Orientador: Dr. José Adilson Filho

CAMPINA GRANDE – PB

2023

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

A447e Almeida Filho, Humberto Serafim de.

A educação profissionalizante durante a Ditadura Militar [manuscrito] : a imagem do adolescente e a formação profissional da FUNABEM na revista Brasil Jovem (1966 – 1978) / Humberto Serafim de Almeida Filho. - 2023.

24 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2023.

"Orientação : Prof. Dr. José Adilson Filho, Coordenação do Curso de História - CEDUC. "

1. Ditadura Militar. 2. Educação profissionalizante. 3. Políticas educacionais. I. Título

21. ed. CDD 370

HUMBERTO SERAFIM DE ALMEIDA FILHO

**A EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE DURANTE A DITADURA MILITAR: A
IMAGEM DO ADOLESCENTE E A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DA FUNABEM
NA REVISTA BRASIL JOVEM (1966 – 1978)**

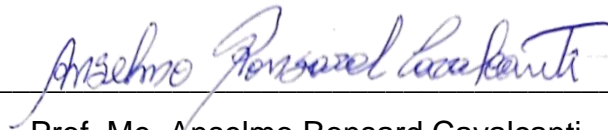
Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)
apresentado ao Curso de Licenciatura
Plena em História, da Universidade
Estadual da Paraíba, como requisito
parcial à obtenção do título de licenciado
em História.

Aprovada em: 01 / setembro / 2023

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. José Adilson Filho (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Me. Anselmo Ronsard Cavalcanti
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Documento assinado digitalmente



PATRICIA CRISTINA DE ARAGAO

Data: 04/09/2023 17:45:09-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Patrícia Cristina de Aragão
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

“O que eles falam sobre o jovem não é sério, o jovem no Brasil nunca é levado a sério.” (Charlie Brown Jr)

LISTA DE FIGURAS

Imagem 1 - Brasil Jovem, ano II, n. 05, dezembro de 1967, p. 22	12
Imagem 2 - Brasil Jovem, ano II, n. 05, dezembro de 1967, p. 22	13
Imagem 3 - Brasil Jovem, ano III, n. 10, junho de 1969, p. 19	14
Imagem 4 - Brasil Jovem, ano III, n. 10, junho de 1969, p. 23	15
Imagem 5 - Brasil Jovem, ano II, n. 06, junho de 1968, p. 08	16
Imagem 6 - Brasil Jovem, ano II, n. 06, junho de 1968, p. 08	17
Imagem 7 - Brasil Jovem, ano V, n. 35, 2º quadrimestre de 1976, p. 17	18
Imagem 8 - Brasil Jovem, ano V, n. 35, 2º quadrimestre de 1976, p. 17	19
Imagem 9 - Brasil Jovem, ano V, n. 28, 1º quadrimestre de 1974, p. 84	20
Imagem 10 - Brasil Jovem, ano VIII, n. 32, 2º quadrimestre de 1975, p. 25	21

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	6
2 CONDICIONANTES HISTÓRICOS, ECONÔMICOS E SOCIAIS.....	7
3 SÍNTESE HISTÓRICA SOBRE A FUNABEM E A REVISTA BRASIL JOVEM.....	9
4 DISCURSO DE PROJEÇÃO OTIMISTA DA FUNABEM: O CONCEITO DE CIDADÃO E CIDADANIA NA REVISTA BRASIL JOVEM.....	11
5 O SETOR PEDAGÓGICO E A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DA FUNABEM....	12
6 AS ATIVIDADES PROFISSIONALIZANTES EM: “O ‘DIA-A-DIA’ DA FUNABEM”	17
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	21
REFERÊNCIAS.....	22

**A educação profissionalizante durante a Ditadura Militar: a imagem do
adolescente e a formação profissional da FUNABEM na revista Brasil Jovem
(1966 – 1978)**

Humberto Serafim de Almeida Filho

RESUMO

Este trabalho busca realizar uma análise da conjuntura nacional de significativa parte (1966 – 1978) do período da Ditadura Militar brasileira, tentando enfatizar como transformações históricas, sociais e econômicas levaram o regime ditatorial a instituir na área da educação a profissionalização universal; além de ter instaurado a *Fundação Nacional do Bem Estar do Menor*. A partir de bibliografias e da revista *Brasil Jovem*, esta pesquisa deixa evidente como o regime efetuou ações institucionais para que as necessidades de consolidação do capitalismo fossem atendidas, implementando a educação profissionalizante e instituindo a FUNABEM; condições fundamentais para a realização das políticas educacionais voltadas às crianças e adolescentes, nas quais buscaram preparar os jovens para o mundo do trabalho.

Palavras-chaves: Ditadura Militar; Educação Profissionalizante; Políticas Educacionais.

Abstract

The main objective of this work is to analyze the national conjuncture of a significant period (1966 - 1978) of the Brazilian Military Dictatorship, emphasizing how historical, social and economic transformations led this dictatorial regime to institute the universal professionalization in the education area; besides it had been established the National Foundation for the Welfare of Minor. This research was based on bibliographies and in the magazine *Brasil Jovem*, and has showed how the regime carried out institutional actions to consolidate the capitalism needs, implementing a professionalizing education and establishing the FUNABEM; fundamental conditions to improve the educational policies adressed to children and teenagers, in order to include Youth in the work market.

Keywords: Military Dictatorship; Professionalizing Education; Educational Policies.

1 INTRODUÇÃO

Mediante pesquisa elaborada com o auxílio das edições da revista *Brasil Jovem* e de fontes bibliográficas nas quais possibilitaram o estudo, este trabalho científico contribui para o entendimento da relação entre a política nacional e o jovem brasileiro de significativa parte (1966 –1978) do período da Ditadura Militar brasileira.

Nesta produção científica, busca-se compreender e problematizar como condições históricas, econômicas e sociais possibilitaram a modificação do cenário nacional, sobretudo, no que diz respeito à vida das crianças e adolescentes da nação. Essas transformações na sociedade foram asseguradas pela emergência do governo ditatorial, culminância da modernização brasileira e, além disso, pelo processo de implementação do capitalismo nacional.

Evidencia-se, como essas eventualidades fomentaram ações políticas por parte do regime civil-militar: o governo implementou mudanças na legislação educacional brasileira, além de ter instituído uma entidade, a FUNABEM; Fundação que elaborou um discurso de projeção otimista, com a “crença redentora” para a resolução do “problema do menor”, pois esta afirmava a “marginalização” dos jovens naquela ocasião.

Além disso, através do principal “meio de transmissão” da entidade, a revista *Brasil Jovem*, esta pesquisa focaliza na exibição das narrativas que atravessam grande parte das edições: a de uma educação (a profissionalizante) voltada para o mundo do trabalho, em que ganhou expressivo destaque nas folhas dos seus periódicos.

2 CONDICIONANTES HISTÓRICOS, ECONÔMICOS E SOCIAIS

No decorrer do século XX, o Brasil passou por inúmeras transformações econômicas, políticas e sociais. Entre 1950 a 1980, a nação presenciou o seu mais intenso processo de modernização, fator em que proporcionou profundas alterações na fisionomia social, econômica e política do país. Em todos os setores da vida brasileira foi perceptível as mudanças. Em níveis estruturais, por exemplo, uma modificação relevante foi a relação campo/cidade, condição na qual possibilitou com que parte da população rural desloca-se para as zonas urbanas; acarretando a intensificação populacional de megalópoles como São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, situação na qual contribuiu para o aumento do operariado em 500%. (ASSIS, 2012, p. 322 – 323)

Em 1964, especificamente, quando se estabeleceu o golpe civil-militar, alguns procedimentos políticos específicos foram implementados para que o processo de modernização nacional prosseguisse. Ele foi estabelecido a partir de determinada “singularidade modernizadora”. Quando o regime se consolidou, dois campos de ação marcaram a sua política interna, a institucionalização do governo autoritário e a reorientação da economia brasileira, como informa o historiador Marcos Napolitano (NAPOLITANO, 2014. p. 70). Referente à última, a alternativa que se acreditava essencial para o desenvolvimento econômico e social do país e que acabou fazendo parte dos planos da gestão ditatorial, era um projeto de capitalismo nacional (RAMOS, 2014, p. 18). Entretanto, diferentemente do que se era esperado, o seu advento emergiu de uma revolução burguesa “periférica”, pois a sua solidificação resultou-se de um capitalismo dependente; na dominação externa, isto é, um processo que se constituiu através da associação ao capital estrangeiro, especialmente o norte-americano. (RAMOS, 2014, p. 18)

Esse dinamismo modernizador impulsionado pela Ditadura Militar na época, é válido salientar, tratou-se de uma modernização conservadora e autoritária, considerando que foi viabilizado pelo controle de um Estado despótico, situação na qual refletiu sobre a estrutura político-institucional e social do país. (PELEGRINE, 2016, p. 18)

No que diz respeito a esse propósito governamental por parte dos militares, uma tomada de decisão foi demasiadamente fundamental para o estabelecimento do processo modernizador conservador e autoritário do regime, a institucionalização do Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), fator no qual se encontrava a serviço do capitalismo dependente. Dessa forma, cabe destacar, a política voltada para a educação; esta que, além de outros setores, estava articulada aos PNDs. Ela foi um

instrumento de relevante pretensão por parte do governo. O seu caráter era de pressuposto técnico, condição educativa significativa para o funcionamento das engrenagens do sistema econômico do período e que se expande até os dias de hoje (RAMOS, 2014, p. 22). Na época, é importante ressaltar, como a educação estava sendo orientada por uma administração autoritária, esse pressuposto permite compreender o absoluto controle no qual o Estado detinha sobre o sistema educacional e sobre aqueles que nele estavam inseridos.

Como já mencionado, na segunda metade do século XX, ocorreram inúmeras alterações na sociedade. Isto, devido à implantação da indústria de base que possibilitou uma quantidade variada de novos empregos. Entretanto, este fator não implicou em emprego para as pessoas, pois havia exigência de qualificação para as atividades que estavam surgindo. Dessa forma, a educação passou a ser vista como “prioridade” naquele momento, considerando que ela iria “possibilitar” o conhecimento adequado para o operariado conseguir realizar as suas atividades laborais nas indústrias e empresas. Por isso, entende-se o porquê de ela ter sido um setor tão influenciado pela ditadura militar, tendo em vista que nesse período houveram inúmeras reformas e mudanças educacionais. (ASSIS, 2012, p. 323 – 325)

Dentre elas, a lei (LDB 5692/71) que estabeleceu a “profissionalização universal e compulsória para o ensino secundário”. Ela ficou conhecida como a reforma do 1º e 2º grau, decreto no qual dava ênfase à formação de mão de obra e obrigava todas as escolas a ofertar a profissionalização aos estudantes secundaristas. Entretanto, esse decreto foi um fracasso. As escolas, sobretudo as estaduais, não tinham recursos suficientes e havia problemas na qualificação do quadro docente. Dessa forma, além de o ensino profissional de baixa qualidade ter acarretado um enorme contingente de desempregados, a ausência de um requintado ensino propedêutico impossibilitou muitos jovens de ingressar no ensino superior. (COUTINHO; SILVA, 2015, p. 06)

O estabelecimento da lei 5692/71, orientada para responder às pretensões do capital externo, tinha como maior objetivo a formação para o trabalho, a fim de promover um projeto de nação baseado na ideologia neoliberal. Essa “tomada de decisão” foi uma “manobra” bem elaborada para que muitos jovens não procurassem as universidades como forma de ascensão profissional para vida. O regime desvalorizou as escolas da época, buscando alienar a classe trabalhadora. Isto, porque mantê-la com pouco conhecimento e com baixa capacidade de reflexão, possibilitava a manutenção do seu domínio. (COUTINHO; SILVA, 2015, p. 06)

Além da falta de qualificação de trabalho, na qual o regime autoritário acreditava que seria resolvida pela educação técnica profissionalizante, outra consequência no cenário nacional surgiu devido à modernização brasileira. Como já citado, na segunda metade do século XX profundas transformações ocorreram na sociedade, dentre elas, o deslocamento massivo de pessoas da zona rural para a zona urbana. De acordo com a historiadora Camila Serafim (DAMINELLI, 2019, p. 118), segundo dados do Censo Demográfico de 1970, pela primeira vez na história do Brasil a população urbana conseguiu ultrapassar a que residia nos setores rurais. Segundo esses dados, a primeira atingiu um aumento de 5,4% (em relação ao último Censo, o de 1960), chegando a uma porcentagem que anunciava mais de 56% dos brasileiros residindo nas cidades. Cabe destacar que, não só essas migrações foram responsáveis pelo crescimento demográfico urbano, mas a

pensadora também salienta a importância de se atentar para os índices que revelam as altas taxas de fecundidade do período, no qual teve um peso relevante para o aumento populacional.

No que diz respeito às crianças e adolescentes, objeto principal desta pesquisa, estes tiveram relevante destaque no processo migratório para as cidades. De acordo com a pesquisadora (DAMINELLI, 2019, p. 118), os números apontam que, diante de demasiada intensidade migratória, os jovens representavam 37% dos migrantes, mais de 3,8 milhões.

Com a ocorrência dessas diversas eventualidades citadas, o regime militar decidiu elaborar a *Política Nacional do Bem Estar do Menor*. O intuito da PNBEM era estabelecer uma ação voltada “ao menor atingido pelo processo de marginalização”. Acreditava-se que naquele momento havia “o problema” do “menor”, considerando que ocorria com os jovens daquele contexto: situação de abandono, exploração de várias categorias e conduta antissocial. Grosso modo, as normas a serem aplicadas pela PNBEM resumia-se a “tratamento” e “prevenção.” (DAMINELLI, 2019, p. 119)

Em decorrência desses “condicionamentos negativos”, ocasionados pelos movimentos migratórios e a urbanização, entra em cena a construção da *Fundação Nacional do Bem Estar do Menor* (FUNABEM) pelo governo ditatorial, com o seu discurso e projeção otimista, nos quais a instituição parecia emergir como redentora do “problema do menor”, onde formaria física e moralmente as crianças de uma ocasião na qual as transformações sociais os “marginalizou.” (DAMINELLI, 2019, p. 117)

3 SÍNTESE HISTÓRICA SOBRE A FUNABEM E A REVISTA BRASIL JOVEM

A Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (1964 – 1990), a FUNABEM, foi construída no âmbito da ditadura militar brasileira. A entidade foi elaborada a partir do projeto de ação social desenvolvimentista empreendido pelo governo autoritário. A instituição estava na regência das políticas sociais voltadas às infâncias e juventudes no Brasil. (DAMINELLI, 2019, p. 13)

Esse plano de institucionalização, no qual “pretendia atender” a infância e a juventude carente ou em conflito com a lei, estava alicerçado nos princípios do *Brasil Grande*. Dessa forma, a FUNABEM surgiu sustentando a crença de que, através das noções de tratamento e prevenção, “o problema do menor” seria erradicado do país. (DAMINELLI, 2017, p. 01)

No terceiro ano da sua criação, em 1966, a equipe técnica da instituição elaborou e publicou as suas *Diretrizes e Normas para a Aplicação da Política do Bem-Estar do Menor*. Documento inspirado na *Declaração dos Direitos da Criança*, de 1959, promulgada pelas Nações Unidas, continha as informações para a execução da *Política Nacional do Bem-Estar do Menor* no Brasil, na qual deveria atender ao “menor” com as necessidades básicas: educação, recreação, saúde, amor, compreensão e segurança nacional. (MIRANDA, 2013, p. 03)

De acordo com a FUNABEM, as principais condições que tornavam o “menor” atingido pelo processo de “marginalização”, os fazendo alvo da Política Nacional; conseqüentemente, das ações regidas pela FUNABEM, eram: “situação de abandono, exploração e conduta antissocial.” (DAMINELLI, 2019, p. 116)

Diante dessas circunstâncias, a instituição aplicava “medidas assistenciais” ao “menor”. Se por acaso estas não conseguissem “sanar” a condição na qual o jovem se encontrava, em último caso havia o internato em instituições “especializadas em reeducação”. A política de internação concebida pela entidade aplicou dois modelos de abrigos para as crianças e adolescentes: um provisório, a Triagem, e outro permanente, os institutos e “escolas”. É importante salientar, diga-se de passagem, que a habilitação profissional, como prática educativa, estava entre um dos vários “métodos de reintegração” da Fundação; o que “possibilitaria a restituição” dos jovens (segundo a instituição), a fim de atingir os objetivos das “Normas para a Aplicação da Política do Bem-Estar do Menor.” (DAMINELLI, 2019, p. 121 – 125 – 163)

Foi nesse mesmo ano que começaram as primeiras produções das edições da revista *Brasil Jovem* (1966 – 1978), veículo oficial da FUNABEM, na qual ficou responsável por nortear a PNBEM, além de informar sobre a instituição e fazer circular os seus temas de interesse (DAMINELLI, 2019, p. 13). Ao cumprir essa função de porta-voz institucional, a revista caracterizou-se por trazer publicações sobre as atividades executadas pela FUNABEM, além de reproduzir narrativas científicas sobre a marginalização social da infância e da juventude. (DAMINELLI, 2017, p. 01)

Outra peculiaridade da revista foi fazer a utilização particular de imagens sensacionalistas contendo crianças e adolescentes. A maneira que essas fotografias eram estampadas em *Brasil Jovem*, atreladas às narrativas na quais a instituição pretendia difundir, tinha o intuito de sensibilizar os leitores sobre a condição precária na qual os jovens brasileiros se encontravam naquele momento. Além disso, produzir discursos otimistas referente à recuperação desses jovens, condição que “iria ser possibilitada” pela educação profissional de acordo com a Fundação. (DAMINELLI, 2017, p. 01)

Em certa edição, a FUNABEM elaborou uma marcante narrativa em seu periódico, na qual elenca a “particularidade” da *Brasil Jovem*. Segundo o texto, ela era considerada uma revista internacional:

Brasil Jovem foi incluída como fonte de pesquisa de assuntos relacionados com o problema do menor, na seção bibliográfica da revista ‘Infância e Juventude’, órgão oficial da Federação Nacional das instituições de Proteção à Infância, do Ministério da Justiça de Portugal. Com a medida, adotada a partir do nº 4 de ‘Infância e Juventude’, BRASIL JOVEM, revista da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), foi alinhada entre as dozes publicações especializadas no assunto mais importantes internacionalmente. A revista brasileira encabeça a lista bibliográfica da publicação portuguesa, seguida, entre outras, de ‘Courier’ – Revue Médico-Social de l’Enfance – Paris; ‘Revista de Ciências e de la Educacion’ – Madri; ‘Revue de Droit Pénal et de Criminologie’ – Bruxelas; e ‘Revue Internationale de l’Enfant’ – Genève.¹

¹ *Brasil Jovem*, ano XIII, n. 40, 1º quadrimestre de 1978, contracapa. Reportagem publicada pela Assessoria de Comunicação Social da cidade do Rio de Janeiro (RJ).

4 DISCURSO DE PROJEÇÃO OTIMISTA DA FUNABEM: O CONCEITO DE CIDADÃO E CIDADANIA NA REVISTA BRASIL JOVEM

A educação profissionalizante foi apresentada como um “método” no qual a instituição acreditava pertinente utilizar para “formar” os jovens “problemáticos”. Analisando o discurso inserido nas edições de *Brasil Jovem*, é possível perceber algumas apreciações da FUNABEM sobre a “sua educação”. Para a instituição, ela apresentava-se como: “uma prática elementar para a cidadania das pessoas”.² Segundo a Fundação, educar (profissionalmente) era necessário, para que os cidadãos exercessem bom desempenho em qualquer função que chegasse a executar; sobretudo naquele contexto, onde existia a necessidade de ensinar sobre maneira específica, tendo em vista que a sociedade estava cada vez mais “complexa e desafiante”. Em certa edição³, no ano de 1975, a FUNABEM; ao tratar sobre o conceito de cidadania, enfatiza o meio profissional: como um “plano” fundamental para o desenvolvimento da condição cidadã dos jovens. Entretanto, faz-se necessário o seguinte questionamento: qual cidadão a instituição queria constituir e qual a “categoria educacional” estabelecida por ela para possibilitar esse aspecto?

Para se pensar essa expressão interrogativa, faz-se necessário compreender o conceito de cidadão e cidadania. De acordo com o *Dicionário de Políticas Públicas*, está explícito que, “[...] os termos cidadão e cidadania geralmente remetem ao indivíduo pertencente a uma comunidade e portador de um conjunto de direitos e deveres”. (COSTA; IANNI, 2018, p. 43)

No que diz respeito à educação como um direito cidadão durante a ditadura civil-militar, a constituição⁴ de 1967 afirma “assegurar” educacionalmente “igualdade de oportunidades”. Entretanto, o documento não corresponde com o que ocorreu na prática, tendo em vista que, o ensino profissionalizante estava em contraste com o decreto constitucional. Divergentemente do que “garantia” a constituição, essa modalidade de ensino impossibilitou a entrada de vários jovens às universidades. Dessa forma, entende-se que, pretendia-se para os jovens, uma cidadania dominada e limitada.

Com o processo de redemocratização da sociedade brasileira e o fim do regime militar, elaborou-se uma nova constituição, a de 1988 (a atual). O artigo 205⁵, no qual trata dos direitos educacionais, visa o: “pleno desenvolvimento da pessoa, o seu preparo para o exercício da cidadania e a sua qualificação para o trabalho”. Pode-se compreender *cidadão pleno*, a partir do pensamento das autoras Costa e Ianni (2018, p. 71), a pessoa na qual é detentora de direitos e deveres, pertencimento e participação política: um indivíduo que tem a consciência dos seus deveres e luta pela garantia e ampliação dos seus direitos; são cidadãos politicamente ativos; estes, estão em constante articulação com o governo e demais

² *Brasil Jovem*, ano VIII, n. 31, 1º quadrimestre de 1975, contracapa. Reportagem publicada sem citar a autoria.

³ *Ibidem*.

⁴ OLIVEIRA, M. dos S. de; SANTELLI, I. H. da S. O direito à educação na ordem constitucional brasileira: texto e contexto. *Jornal de Políticas Educacionais*. V. 14, n. 53. p. 09, dezembro de 2020.

⁵ BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]

instituições sociais. Percebe-se que, esse cidadão plenamente desenvolvido, citado pela constituição e pelas autoras, não se aplica aos jovens nos quais a FUNABEM tencionava formar, considerando que o ensino profissionalizante era um mecanismo para reduzir a liberdade política, econômica, social e intelectual dos sujeitos.

A produção e a manutenção do discurso onde focaliza a importância do ensino profissional para a vida dos jovens nas várias edições de *Brasil Jovem*, explica-se através das ideias do filósofo Michel Foucault. De acordo com o pensador Fábio Alves Ferreira (FERREIRA, 2019, P. 82), para Foucault os discursos são sempre institucionais e resultam de uma relação de poder. Através da *análise do discurso* (FERREIRA, 2019, P. 83), pode-se fazer os seguintes questionamentos: qual o lugar social de quem produziu e difundiu a educação profissional nas páginas da revista? Alguns condicionantes já foram aqui mencionados.

Nas apresentações posteriores, será possível perceber como a FUNABEM manteve e fortaleceu a narrativa otimista da “sua educação” prometendo “executar” a política dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND), se utilizando do seu veículo transmissor, a revista *Brasil Jovem*.

5 O SETOR PEDAGÓGICO E A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DA FUNABEM

Nos primeiros anos das edições de *Brasil Jovem*, a revista trouxe imagens e descrições apelativas, como era comum, para apresentar a situação na qual se encontravam os jovens brasileiros. No que diz respeito ao trabalho infantil, situação demasiado recorrente na época, a editora achou pertinente fazer um estudo e exposição do caso.

Imagem 01



Fonte: “As ruas de Recife estão polvilhadas de crianças sem dono e sem lei”. *Brasil Jovem*, ano II, n.

05, dezembro de 1967, p. 22.

Imagem 02



Fonte: “O grupo de 0 a 14 anos em Pernambuco corresponde a 41,3% da população, e provoca um impacto no mercado de trabalho, uma vez que se trata de mão-de-obra barata e não qualificada”.
Brasil Jovem, ano II, n. 05, dezembro de 1967, p. 22.

Na edição das fotografias acima (imagens 01 e 02), a FUNABEM, através do seu veículo transmissor, elaborou uma análise referente a “trabalho”, através da sua “política de assistência ao menor”. Na parte introdutória⁶ do estudo, a entidade demonstrou a sua “preocupação” para com os jovens da nação, alertando a sociedade que a sujeição destes ao trabalho informal ocasionava efeitos negativos ao mercado de trabalho e prejuízo à vida dos jovens. Ao realizar essa abordagem por meio do seu periódico, a Fundação frequentemente expressava “dar solução” ao “problema” do jovem naquela ocasião: considerando que a utilização do ensino (especificamente o profissional) resolveria a situação precária das crianças e adolescentes, levando em conta que a instituição estaria formando mão de obra “segura” e, conseqüentemente, afastaria os adolescentes das ruas.⁷

A partir desses pressupostos, a investigação elaborada pela Fundação ressaltou as principais circunstâncias que levavam os jovens a ingressarem no mercado de trabalho (informal), o que acabava fazendo destes mão de obra barata; pois segundo a mesma, a falta de qualificação profissional portava os jovens ao trabalho infantil. De acordo com o que é apresentado na revista, o crescimento das cidades e capitais acarretou o aumento da população marginalizada, agravando as condições de vida infra-humana às quais os jovens estavam submetidos. Isto, porque o chefe familiar não conseguia mais possibilitar a manutenção do lar, o que

⁶ *Brasil Jovem*, ano II, n. 05, dezembro de 1967, p. 22-23. Reportagem publicada pelo Setor de Relações Públicas da FNBEM, Rio de Janeiro, Guanabara, Brasil.

⁷ *Brasil Jovem*, ano II, n. 05, dezembro de 1967, p. 24-25. Reportagem publicada pelo Setor de Relações Públicas da FNBEM, Rio de Janeiro, Guanabara, Brasil.

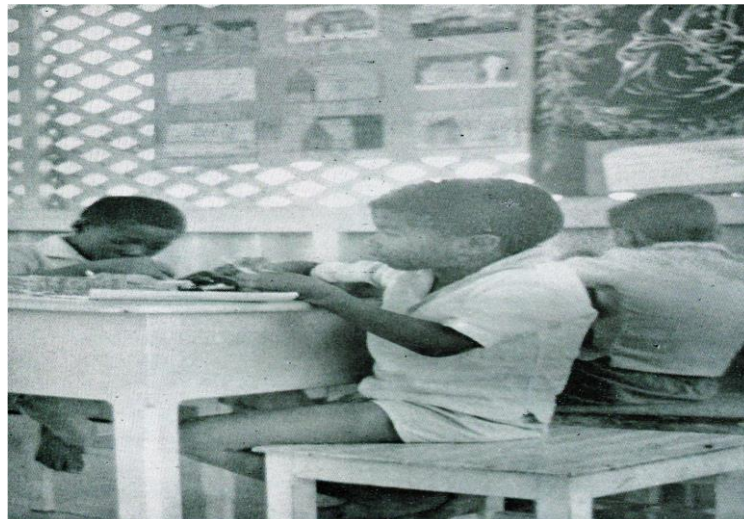
acabou sendo tarefa de todos os membros da família. Dessa forma, na tentativa de contribuir com o orçamento familiar, as crianças e adolescentes em idade muito precoce, acabavam se tornando vítimas de todo o tipo de exploração.⁸

Na edição⁹ de número 05, publicada em dezembro de 1967, pela revista *Brasil Jovem*, a FUNABEM deixa evidente a sua relação com a formação profissionalizante. As várias aparições dessa definição e a importância que a instituição concebia a essa prática educativa, fortalecia o discurso de que as condições precárias nas quais os jovens estavam passando, ocorriam também devido à evasão ou mesmo a não iniciação nas escolas profissionais e técnicas. Esse tipo de exibição consistia em uma “pretensão midiática” por parte da Fundação e, conseqüentemente, do regime autoritário, a fim de alertar a nação de que uma política “positiva” voltada para os jovens estava ocorrendo.

A partir do terceiro ano (1968) do periódico, é perceptível nas edições a intensificação do tema “formação profissional”, além de *Brasil Jovem* deixar explícito aos seus leitores que abordagem pedagógica a FUNABEM adotou nas suas redes oficiais de ensino.

Para que a “realização profissional” dos jovens pretendida pela Fundação “fosse possível”, elaborou-se o Setor Pedagógico”, na qual ela o declarava “moderno” (imagem 03). Através dos seus métodos educacionais, o Setor visava a integração do “menor” na comunidade e a sua “completa formação”. Os cursos intensivos e especializados, segundo ele, proporcionariam maiores possibilidades de aproveitamento das crianças.¹⁰

Imagem 03



Fonte: “Uma educação voltada para as reais oportunidades do mercado de trabalho – eis o programa do Setor Pedagógico da FNBEM”. *Brasil Jovem*, ano III, n. 10, junho de 1969, p. 19.

⁸ Ibidem, p. 24.

⁹ Ibidem, p. 24-25.

¹⁰ *Brasil Jovem*, ano III, n. 10, junho de 1969, p. 19. Reportagem publicada sem citar a autoria.

Algumas “categorias” desses cursos adotados foram: “intensivo de mão de obra industrial”, “curso técnico comercial”, “qualificação profissional” e “práticas agrícolas”.¹¹ Os “menores” da FUNABEM, a revista ressalta, podiam escolher em qual profissão se especializar. Dentre os grupos de profissões disponíveis, algumas podem ser citadas: pintura a liso, barbeiro, sapateiro, bombeiro hidráulico, estofador, vidraceiro, soldador elétrico e especialista em instalações elétricas.¹²

Imagem 04



Fonte: “O aprendizado profissional concorre para a segurança amanhã”. *Brasil Jovem*, ano III, n. 10, junho de 1969, p. 23.

Esses ofícios não eram ofertados por acaso. O Setor Pedagógico elaborava estudos através de levantamentos de mercado de trabalho, a fim de identificar quais eram as atividades menos qualificadas e as de mais intensidade de funcionamento. Após o término das instruções, os alunos levavam consigo todos os certificados dos cursos realizados e as escolas os encaminhavam às diversas firmas. Na ocorrência de todo esse processo educacional (imagem 04), o Setor dizia estar oferecendo “horizontes” mais amplos às crianças, onde a aquisição de inúmeros cursos profissionalizantes era sinônimo de mais gama de cultura.¹³

Como outrora explicitado, esse tipo de educação voltada a formar os jovens para o mundo do trabalho, tinha evidente conexão ao aspecto estratégico em que a política nacional elaborou naquele contexto, considerando a intensiva transformação que estava ocorrendo do cenário nacional. A FUNABEM, através de pressupostos históricos e sociais apresentados em *Brasil Jovem*¹⁴, alertava a sociedade que o final do século XX, no qual as nações estavam em pleno desenvolvimento, era um momento desafiante no que concerne aos aspectos socioeconômicos. Elencando

¹¹ *Brasil Jovem*, ano III, n. 10, junho de 1969, p. 20. Reportagem publicada sem citar a autoria.

¹² *Brasil Jovem*, ano III, n. 10, junho de 1969, p. 21. Reportagem publicada sem citar a autoria.

¹³ *Brasil Jovem*, ano III, n. 10, junho de 1969, p. 22-23. Reportagem publicada sem citar a autoria.

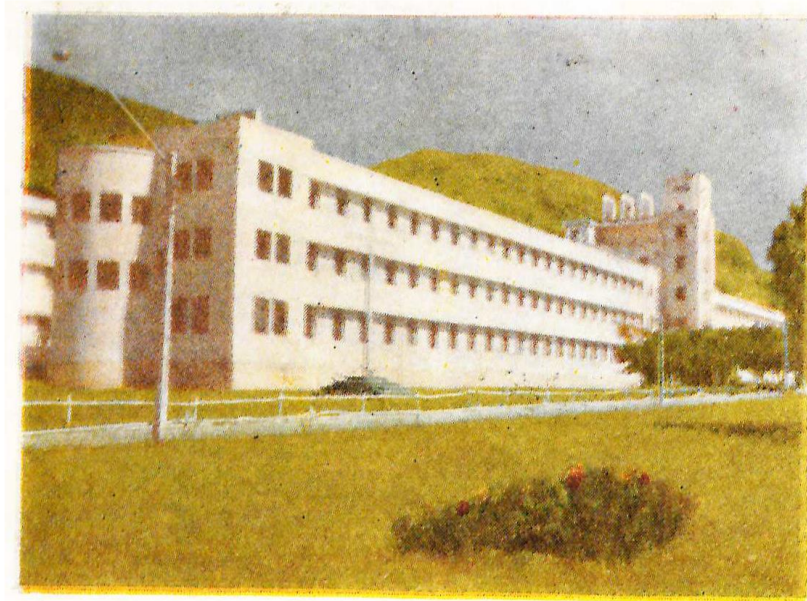
¹⁴ *Brasil Jovem*, ano XIII, n. 41, 2º quadrimestre de 1978, p. 17. Reportagem publicada pelo professor Orlando Carvalho.

que, a partir de 1945, os adolescentes estavam mais ativos no que diz respeito à atividade industrial moderna. Diante desses novos fatos, a Fundação dizia-se “preocupada”.¹⁵ Por isso, deixava explícito nas páginas da revista que era necessário qualificar a mão de obra jovem.¹⁶

Na tese de doutorado da historiadora Camila Serafim Daminelli, pesquisa na qual apresenta um profundo estudo sobre a Fundação, fica demasiado evidente o que foi mencionado anteriormente. De acordo com a historiadora, esse tipo de “assistência” por parte de inúmeras instituições vem desde a primeira metade do século XX: pretensiosamente fomentar nas crianças e adolescentes das classes pobres a disciplina e o valor do trabalho, estratégia que acreditava-se evitar a criminalidade e a vadiagem. (DAMINELLI, 2019, p. 180)

Como é possível observar, a FUNABEM não poupou de apresentar na sua revista os seus “significativos trabalhos”. Era demasiado comum essas situações ocorrerem. Em 1968, por exemplo, *Brasil Jovem*¹⁷ elaborou de maneira bem “realçada”, através do texto de Glauco Carneiro e das imagens de Rubens Américo, uma exibição sobre o Instituto Profissional XV de novembro (imagem 05). Por meio de vários elogios, a Fundação demonstrou a ocorrência da oficialização da unidade a ela, bem como, destacava a demasiada suntuosidade do ginásio industrial presente no estabelecimento. (imagem 06)

Imagem 05



Fonte: “Instituto XV de Novembro hoje”. *Brasil Jovem*, ano II, n. 06, junho de 1968, p. 08.

¹⁵ *Brasil Jovem*, ano XIII, n. 41, 2º quadrimestre de 1978, p. 23. Reportagem publicada pelo professor Orlando Carvalho.

¹⁶ *Brasil Jovem*, ano XIII, n. 41, 2º quadrimestre de 1978, p. 20. Reportagem publicada pelo professor Orlando Carvalho.

¹⁷ *Brasil Jovem*, ano II, n. 06, 2º junho de 1968, p. 04. Reportagem publicada por Glauco Carneiro.

Imagem 06



Fonte: “Curso industrial prepara o futuro”. *Brasil Jovem*, ano II, n. 06, junho de 1968, p. 08.

A FUNABEM costumava constantemente enaltecer o seu trabalho na revista, bem como, descredibilizar o antigo trabalho do *Serviço de Assistência ao Menor* (SAM), com a finalidade de fortalecer as suas atuações. A Fundação produziu várias narrativas para legitimar a boa execução das suas tarefas perante os leitores da revista. Elaborou-se até um lema: “no lugar do SAM a FUNABEM, o amor ao invés do crime.” (DAMINELLI, 2019, p. 51)

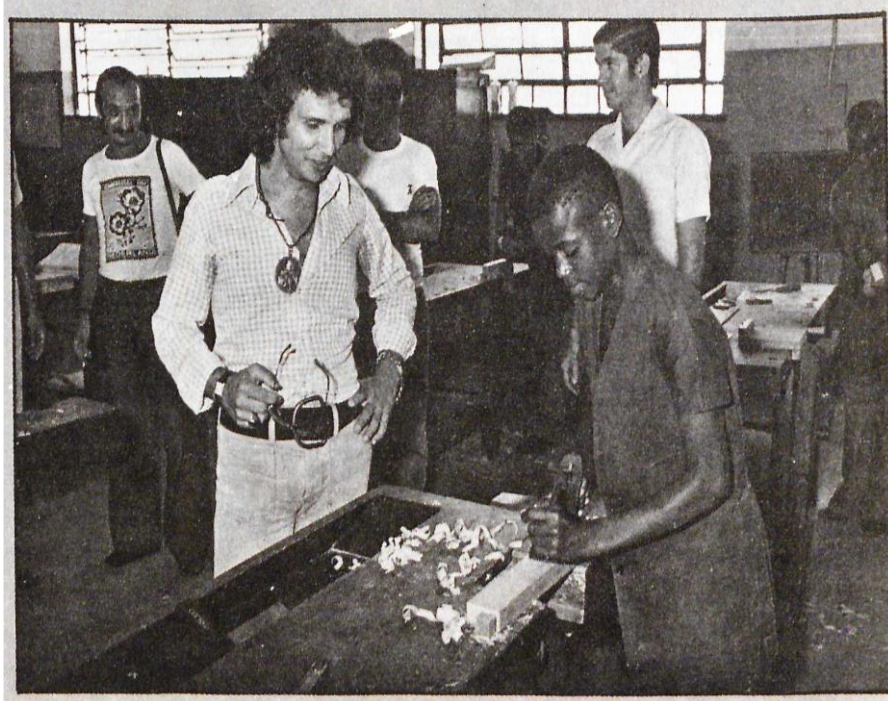
Quando em certa ocasião, a instituição fez menção a sua “formação profissional” presente no Instituto Profissional XV de novembro, antes de narrar sobre as suas práticas educativas, ela achou pertinente deixar nas primeiras linhas das suas descrições o discurso que apresentava o contraste disciplinar entre os alunos do Ex-SAM e os seus: os do primeiro, aspectos negativos; os da segunda, características positivas.¹⁸

6 AS ATIVIDADES PROFISSIONALIZANTES EM: “O DIA-A-DIA DA FUNABEM”

Em algumas edições de *Brasil Jovem* é possível perceber uma “peculiaridade política” da FUNABEM. A instituição promovia visitas frequentes de “figuras ilustres” (general-presidente, governadores, artistas, empresários, etc.) aos seus institutos. De acordo com a historiadora Camila Serafim (DAMINELLI, 2017, p. 07), as reportagens produzidas sobre essas personalidades junto aos jovens, pretendia enaltecer o trabalho “redentor” da FUNABEM que; através de “imagens em contrastes” (jovens pobres esmolando e escolarizados uniformizados), estava “dando” suporte a infância e a juventude nacional, a fim de engrandecer o projeto de nação idealizado pela ditadura militar.

¹⁸ Ibidem, p. 04.

Imagem 07



Fonte: A visita do “Rei”. *Brasil Jovem*, ano v, n. 35, 2º quadrimestre de 1976, p. 17.

Ao narrar “O Dia-a-Dia da FUNABEM”¹⁹, em 1976 a revista apresentou a visita de um dos maiores cantores nacionais, o “Rei” Roberto Carlos, ao Centro-Piloto, em Quintino (imagem 07). O artista foi convidado por um amigo, Maurício Silva, ex-aluno da Fundação. Em nome do presidente Sr. Fawler de Melo, o cantor foi levado para conhecer o trabalho da FUNABEM. As oficinas profissionalizantes da instituição foram conhecidas por ele, pois o mesmo tinha um enorme interesse em observar o trabalho dos alunos e alunas. Diante do breve bate-papo (o cantor incentivava os adolescentes) que Roberto manteve com os jovens, o cenário que se montou foi de enorme rebuliço, pois discentes e funcionários não queriam deixar escapar a oportunidade de aparecer ao lado do “Rei.”

Além de artistas da música brasileira, personalidades políticas também faziam visitas aos institutos profissionalizantes da Fundação, com o propósito de que o trabalho desta fosse cada vez mais ganhando destaque através de *Brasil Jovem*. No dia 14 de abril de 1976, o Secretário de Segurança do Rio de Janeiro, o General Osvaldo Ignácio Domingues, visitou o Centro-Piloto, a Escola Profissional Padre Anchieta e o Instituto Profissional XV de Novembro (imagem 08). Na visita do general a essas instituições, a maior parte do seu tempo e da sua dedicação, foram às oficinas profissionalizantes do Ginásio Industrial da Terceira.²⁰

¹⁹ *Brasil Jovem*, ano V, n. 35, 2º quadrimestre de 1976, p. 17. Reportagem publicada pela Assessoria de Relações Públicas da cidade do Rio de Janeiro (RJ).

²⁰ *Brasil Jovem*, ano V, n. 35, 2º quadrimestre de 1976, p. 16. Reportagem publicada pela Assessoria de Relações Públicas da cidade do Rio de Janeiro (RJ).

Imagem 08



Fonte: “Secretário de Segurança Visita FUNABEM”. *Brasil Jovem*, ano v, n. 35, 2º quadrimestre de 1976, p. 17.

O roteiro da visita do Secretário incluiu conhecer as oficinas de eletrônica, prótese, gráfica, mecânica pesada, solda, encadernação, etc. A partir disso, o General conversava com os jovens, buscando identificar as habilidades nas atividades praticadas e as pretensões futuras dos mesmos. Antes de completar o percurso aos institutos, Osvaldo Ignácio manifestou ao presidente da instituição, Fawler de Melo, o seu interesse em colaborar da melhor forma no encaminhamento das soluções para o “problema do menor.”²¹

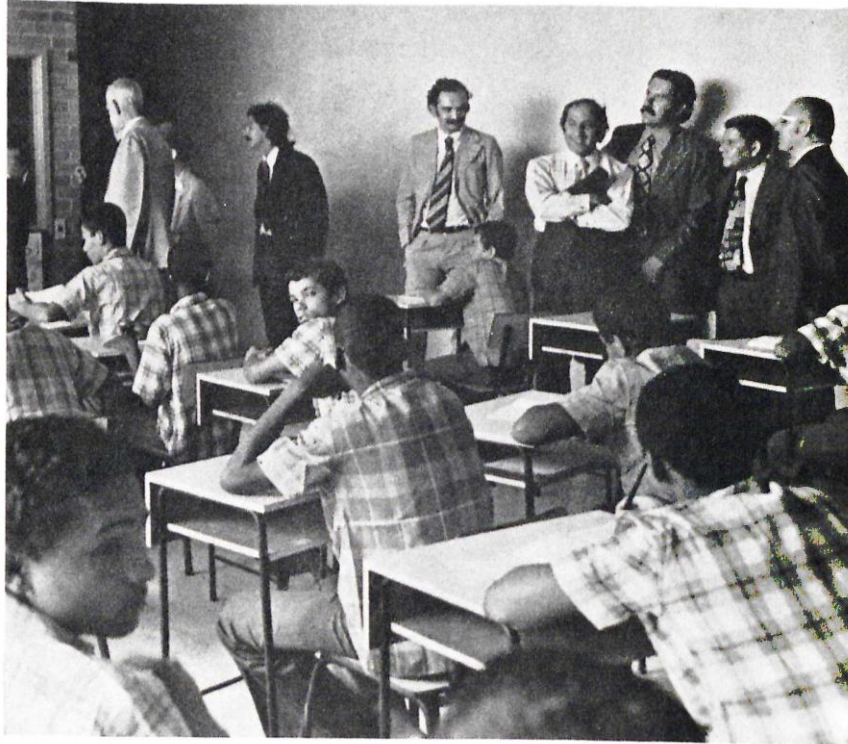
Como já mencionado, uma educação voltada para o mundo do trabalho, representava para a FUNABEM a promoção para integrar os jovens na vida socioeconômica. Este ideal de viés liberal, despertou olhares de outras instituições no período de funcionamento da FUNABEM. O presidente da Associação de Dirigentes Cristãos de Empresa (ADCE)²² e alguns empresários, por exemplo, fizeram uma visita ao Centro-Piloto, em 1974, para colher informações pessoais sobre as atividades da Política Nacional do Bem-Estar do Menor.²³

²¹ *Brasil Jovem*, ano V, n. 35, 2º quadrimestre de 1976, p. 16-17. Reportagem publicada pela Assessoria de Relações Públicas da cidade do Rio de Janeiro (RJ).

²² De acordo com o site da instituição, a mesma considera-se uma sociedade civil de caráter cultural e educativo, sem fins lucrativos. Tem por objetivo estudar, viver, e definir nas atividades econômica e social os princípios e aplicações dos ensinamentos cristãos, através da educação e da formação do meio empresarial.

²³ *Brasil Jovem*, ano V, n. 28, 1º quadrimestre de 1974, p. 80. Reportagem publicada por Glauco Carneiro.

Imagem 09



Fonte: “Empresários paulistas visitam a FUNABEM”. *Brasil Jovem*, ano V, n. 28, 1º quadrimestre de 1974, p. 84.

Ao visitarem as principais dependências do Centro (imagem 09), os setores que mais chamaram à atenção dos empresários foram as unidades de profissionalização, consideradas “avançadas, bem montadas e assistidas”. O objetivo da visita, segundo o presidente da ADCE, era para levantar um estudo do que ali estava sendo feito ao “problema do menor”, bem como oferecer subsídios à administração estadual.²⁴ É válido salientar que, o discurso que *Brasil Jovem* apresenta na edição referenciada, enfatiza os empresários como os “representantes das classes produtoras.”²⁵

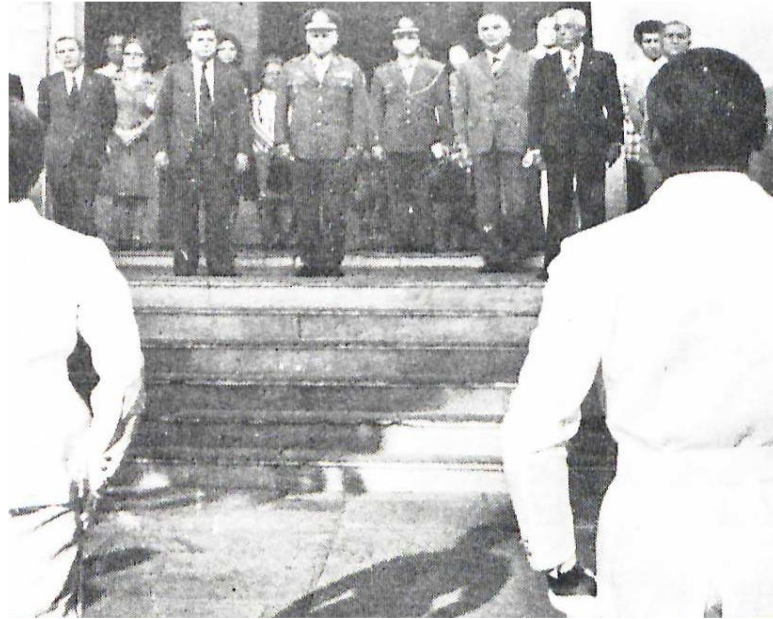
Não só figuras artísticas e políticas, mas também militares acharam pertinente conhecer o trabalho da FUNABEM (imagem 10). Uma comitiva montada pelo General Túlio Chagas Nogueira, comandante da Academia Militar Agulhas Negras (AMAN), chegou a vivenciar a realização das atividades desenvolvidas e os métodos adotados nas dependências da Fundação.²⁶

²⁴ *Brasil Jovem*, ano V, n. 28, 1º quadrimestre de 1974, p. 80-82. Reportagem publicada por Glauco Carneiro.

²⁵ *Ibidem*, p. 80.

²⁶ *Brasil Jovem*, ano VIII, n. 32, 2º quadrimestre de 1975, p. 25. Reportagem publicada por Pedro Menezes.

Imagem 10



Fonte: “Comandante da AMAN visita Centro-Piloto da FUNABEM.” *Brasil Jovem*, ano VIII, n. 32, 2º quadrimestre de 1975, p. 25.

Assim como era de praxe, “característica” das várias visitas que pretendiam conhecer o trabalho da FUNABEM, com a comitiva não foi diferente, também conheceu as oficinas onde os jovens eram preparados para as diversas profissões. Ao finalizar o “itinerário”, o General Túlio Nogueira elogiou a Fundação e no “livro de visitantes” da Escola Profissional José de Anchieta, consignou as suas impressões: definiu o trabalho da entidade com positividade.²⁷

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta investigação científica, portanto, possibilita o entendimento histórico em que enfatiza a relação entre a política nacional brasileira (a do regime ditatorial) de significativa parte (1966 – 1978) do período autoritário e a sua influência sobre a educação e a vida dos jovens brasileiros.

A partir do estudo intensificado sobre as inúmeras fontes documentais, isto é, os diversos periódicos da revista *Brasil Jovem*; onde, através das imagens e narrativas contidas na mesma, pôde-se evidenciar e problematizar o processo de profissionalização dos jovens da nação por meio de uma instituição implementada pela ditadura militar, a FUNABEM.

Baseando-se na fonte documental que, representa a “cerne” deste trabalho, além das bibliografias existentes acerca do tema, é possível compreender o porquê de certas tomadas de decisões por parte do governo: o estabelecimento do ensino profissionalizante e a criação de instituições às quais executaram os planos políticos do regime, em que foram resultados de uma pretensão econômica, isto é, para o fortalecimento e a manutenção do capitalismo.

A partir desses pressupostos, através desta pesquisa, evidencia-se como essas ocorrências históricas afetaram significativamente a vida dos jovens

²⁷ Ibidem, p 25.

brasileiros. Estes que, representavam naquele contexto 37% dos migrantes, mais de 3,8 milhões dos residentes urbanos, após o crescimento demográfico de 1970.

O destaque sobre a “carência social” na qual o regime expressava existir na vida dos adolescentes, sobretudo após o aumento populacional das cidades, justificava o discurso otimista apresentado por eles. Narrativa esta, recorrente na revista *Brasil Jovem*, recurso midiático elaborado pretensiosamente para elevar positivamente a política estabelecida pelos militares. Isto, porque o fortalecimento do capitalismo dependia de uma educação específica (a profissionalizante) e da sua presumida propagação por meio da publicidade.

Esses fatores acabaram ocasionando diversas condições negativas para a vida dos adolescentes. Dentre essas circunstâncias, o processo educacional dos jovens, no qual a qualidade do ensino foi demasiadamente afetada pelas reformas educacionais estabelecidas pelo regime; pois a prática educativa da FUNABEM (a profissionalizante) limitou educacionalmente e profissionalmente muitos jovens cidadãos.

REFERÊNCIAS

AMARAL, M. G. B; MACIEL M. J. C; OLIVEIRA, A. M. de. **Pedagogia do trabalho: a atuação do pedagogo na educação profissional**. EdUECE, Fortaleza –2020.

ASSIS, Renata Machado De. **A educação brasileira durante o período militar: a escolarização dos 7 aos 14 anos**. Educação em Perspectiva, Minas Gerais, v. 3, n. 2, p. 320-339, jul./dez. 2012.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016].

COSTA, M.I.S., and IANNI, A.M.Z. **O conceito de cidadania**. In: Individualização, cidadania e inclusão na sociedade contemporânea: uma análise teórica [online]. São Bernardo do Campo, SP: Editora UFABC, 2018, pp. 43-73.

COUTINHO, T. P. da S. C; SILVA, R. de F. e. **A educação profissional de 1964 a 1984: a dualidade estrutural como uma realidade**. Anais do III Colóquio Nacional | Eixo Temático I – Políticas em educação profissional, Rio Grande do Norte – 2015.

DAMINELLI, Camila Serafim. **A nação caminha com os pés das crianças: representações da infância e da juventude em imagens na revista brasil jovem (1973-1978)**. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women’s Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017.

DAMINELLI, Camila Serafim. **Uma Fundação para o Brasil Jovem: Funabem, Menoridade e Políticas Sociais para a infância e a juventude do Brasil (1964-1979)**, Florianópolis – 2019.

FERREIRA, Fábio Alves. **A teoria do discurso e análise do discurso: de Ernesto Laclau a Michel Foucault**. Perspectivas - Revista do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UFT – volume 4, n. 2, Tocantins – 2019.

<https://www.adcesp.org.br/quem-somos>

MIRANDA, Humberto da Silva. Memórias da “dona febem”: a assistência à infância na ditadura militar (1964 – 1985). SNH2013 - XXVII simpósio nacional de história - conhecimento histórico e diálogo social, Rio Grande do Norte – 2013.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. – São Paulo: Contexto, 2014.

OLIVEIRA, M. dos S. de; SANTELLI, I. H. da S. **O direito à educação na ordem constitucional brasileira: texto e contexto**. *Jornal de Políticas Educacionais*. V. 14, n. 53. dezembro de 2020.

PELEGRINE, ayala rodrigues oliveira. **Modernização e repressão: os impactos da ditadura militar na universidade federal do espírito santo (1969-1974)**. Espírito Santo – 2016.

RAMOS, Marise Nogueira. **História e política da educação profissional**. Paraná – 2014.

Fontes Documentais

Revista Brasil Jovem

Exemplares consultados:

Brasil Jovem, ano II, n. 05, dezembro de 1967.

Brasil Jovem, ano II, n. 06, 2º junho de 1968.

Brasil Jovem, ano III, n. 10, junho de 1969.

Brasil Jovem, ano V, n. 28, 1º quadrimestre de 1974.

Brasil Jovem, ano VIII, n. 31, 1º quadrimestre de 1975.

Brasil Jovem, ano VIII, n. 32, 2º quadrimestre de 1975.

Brasil Jovem, ano X, n. 35, 2º quadrimestre de 1976.

Brasil Jovem, ano XIII, n. 40, 1º quadrimestre de 1978.

Brasil Jovem, ano XIII, n. 41, 2º quadrimestre de 1978.

Reportagens citadas:

Política de assistência ao menor em Pernambuco. **Brasil Jovem**, ano II, n. 05, dezembro de 1967, pp. 22-23.

Política de assistência ao menor em Pernambuco. **Brasil Jovem**, ano II, n. 05, dezembro de 1967, pp. 24-25.

A formação profissional. **Brasil Jovem**, ano II, n. 06, 2º junho de 1968, pp. 04-08.

Setor Pedagógico faz reformas estimulando vocações. **Brasil Jovem**, ano III, n. 10, junho de 1969, p. 19.

Setor Pedagógico. **Brasil Jovem**, ano III, n. 10, junho de 1969, pp. 20-21.

Setor Pedagógico: o aprendizado profissional concorre para a segurança amanhã. **Brasil Jovem**, ano III, n. 10, junho de 1969, pp. 22-23.

Empresários paulistas visitam a FUNABEM. **Brasil Jovem**, ano V, n. 28, 1º quadrimestre de 1974, pp. 80-82.

Os empresários paulistas observam o trabalho desenvolvido na FUNABEM, para servir de subsídios ao programa a ser desenvolvido em São Paulo. **Brasil Jovem**, ano V, n. 28, 1º quadrimestre de 1974, p. 84.

Educação para a cidadania. **Brasil Jovem**, ano VIII, n. 31, 1º quadrimestre de 1975, contracapa.

O Dia-a-Dia da FUNABEM. **Brasil Jovem**, ano VIII, n. 32, 2º quadrimestre de 1975, p. 25.

O Dia-a-Dia da FUNABEM: a visita do "Rei". **Brasil Jovem**, ano X, n. 35, 2º quadrimestre de 1976, pp. 16-17.

BRASIL JOVEM: uma revista Internacional. **Brasil Jovem**, ano XIII, n. 40, 1º quadrimestre de 1978, contracapa.

Desafios sociais e econômicos do fim do século XX e as nações em desenvolvimento. **Brasil Jovem**, ano XIII, n. 41, 2º quadrimestre de 1978, p. 17.

A FUNABEM se preocupa com a formação de mão-de-obra qualificada. **Brasil Jovem**, ano XIII, n. 41, 2º quadrimestre de 1978, pp. 20-23.

AGRADECIMENTOS

Este é o fim de um ciclo demasiadamente singular e significativo na vida de um jovem cheio de sonhos e pretensões. Houveram inúmeras adversidades que tentaram desarranjar o curso desta realização, mas a persistência tem um poder incrível e criador. Tudo na vida tem Vontade de Potência. Ela é a força motriz que possibilita os humanos a viverem plenamente. Acredito que pude abraçá-la, logo posso sentir no fundo da minha alma o prazer de um desejo alcançado. Espero em breve mergulhar em mais sensações possibilitadas pelo conhecimento. Gratidão... Agradeço a tudo, isto é, a existência.